

ANO II - EDIÇÃO Nº 223 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 13 de fevereiro de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 012/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 1º de fevereiro de 2017, o Ato nº 101/2016, de 29 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, que cedeu o servidor DIEGO GOMES CARVALHO NARDES, Técnico Ministerial, Especialidade: Assistência Administrativa, matrícula nº 140116, à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 9 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 079/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 7 de fevereiro de 2017, a servidora NEILA SOARES CARVALHO SILVA, matrícula nº 83908, para provimento do cargo em comissão de Encarregado de Área.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 9 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 080/2017

O SUBPROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação ao servidor ANTÔNIO DAVID SOUZA DE VASCONCELOS JÚNIOR, Analista Ministerial

Especializado – Ciências Jurídicas, matrícula nº 108310, na Força Tarefa, a partir de 10 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 09 de fevereiro de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO: 2017/0701/00049

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins - MPE/TO e o Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas do Tocantins - SEBRAE/TO.

OBJETO: A União de esforços para o desenvolvimento de ações educacionais e de difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional e técnico de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais e compartilhamento de estudos técnicos, na forma de: 1 - Compartilhamento de soluções de aperfeiçoamento profissional, ofertadas nas modalidades de cursos, palestras e oficinas pelo SEBRAE-TO; 2 - Disponibilidade de dados do estudo técnico do Programa Propriedade Legal referente à Bacia Hidrográfica do Taquaruçu realizado pelo MP/TO em 2014.

VIGÊNCIA: 4 (quatro) anos.

DATA DA ASSINATURA: 09/02/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira / Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Omar Antonio Hennemann / Diretor Superintendente do SEBRAE-TO.

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 038/2017

O DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no inciso VI, do art. 97, da Resolução nº 008/2015/C.P.J. (Novo Regimento Interno do MPE/TO), no art. 2º, inciso IV, alínea "a", item 6, do ATO/PGJ nº 004/2013, e com fulcro no disposto do art. 73, inc. I, letra "b", da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão de Recebimento Provisório da reforma com acréscimo de área e revitalização do prédio sede das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins - TO, objeto do Contrato nº 074/2016:

- 1 – Alberto Neri de Melo, matrícula nº 120513;
- 2 – Flávio Luiz Canalli, matrícula nº 137516 e
- 3 – Tânia de Fátima Rocha Vasconcelos, matrícula nº

112359001

Art. 2º – Os servidores designados deverão proceder com total atenção ao disposto no respectivo Edital da Concorrência

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

nº 002/2016 e nas especificações constantes dos seus anexos, em especial, nos dispositivos que tratam da Entrega e do Recebimento do objeto contratado.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 10 de fevereiro de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 039/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 4ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010152563201769, em 10 de fevereiro de 2017, da lavra do Dr. Alcir Raineri Filho, Procurador de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Thiago Piñeiro Miranda, a partir do dia 10/02/2017, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, marcadas anteriormente de 26/01/2017 a 24/02/2017, assegurando o direito de usufruto dos 15 (quinze) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 10 de fevereiro de 2017.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 02/03/2017, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 002/17, processo nº 2016/0701/000488, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, destinados ao atendimento das necessidades das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 09 de fevereiro de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 07/03/2017, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 003/17, processo nº 2017/0701/00059, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE BANDEIRAS DO MERCOSUL, BRASIL, ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS, destinadas ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO CSMP Nº. 002/2017

Regulamenta o processo eleitoral para escolha de membro que concorrerá a composição do Conselho Nacional do Ministério Público e dá providências correlatas.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, neste ato representado por seu Presidente, tendo em vista deliberação efetivada na sua 208ª Sessão Extraordinária, realizada em 09 de fevereiro de 2017, e

CONSIDERANDO a Constituição da República, mormente o artigo 130-A, III, e Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Superior deste Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o procedimento para a escolha de membro deste Ministério Público que concorrerá à formação da lista tríplice para a vaga destinada ao Ministério Público dos Estados no Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Somente concorrerá à eleição o membro que se inscrever mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral devendo ser apresentado em até 3 (três) dias, a contar da publicação do Edital no Diário Oficial Eletrônico.

Parágrafo único. O requerimento será remetido, via E-doc, à Secretaria do Conselho Superior – SCS, até as 18 horas do último dia do período de inscrição, em que o candidato declarará ter ciência das exigências e vedações dos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 11.372/2006 e apresentará os seguintes documentos:

I – Currículo Profissional;

II - Declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não atuar perante a autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco mencionado;

III - Declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou disciplinares, bem como a existência de procedimentos dessa natureza;

IV - Declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de membro do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

V - Proposta fundamentada de atuação institucional junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, durante o exercício do cargo de Conselheiro.

Art. 3º Definido o prazo para inscrições, a Comissão Eleitoral publicará, no primeiro dia útil seguinte, no sítio oficial do

Ministério Público, decisão com a relação dos candidatos habilitados e inscrições indeferidas.

Art. 4º Na data designada para a eleição, às 9 (nove) horas, a Comissão Eleitoral abrirá a votação eletrônica online, no Plenário dos Órgão Colegiados, que encerrará às 17 (dezesete) horas.

Art. 5º O voto é obrigatório, constitui dever funcional e será exercido pessoalmente, de forma secreta e plurinominal, por todos os Membros do quadro ativo da carreira, exceto o Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Ao término do processo eleitoral, a Comissão identificará os membros que não votaram e encaminhará a relação ao Conselho Superior.

Art. 6º O Presidente da Comissão Eleitoral proclamará os nomes dos candidatos, até o terceiro mais votado, se houver, que integrarão a lista tríplice.

Parágrafo único. Em caso de empate, aplica-se o art. 29, da Lei Complementar nº 51/2008.

Art. 7º A Comissão Eleitoral decidirá sobre eventuais incidentes no processo de votação e apuração.

Art. 8º O resultado da eleição para formação da lista tríplice será divulgado no site, encaminhado para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado Tocantins e remetido ao Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Conselho Superior.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 09 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 17/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Aráina Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 31/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: suposta realização de cirurgias eletivas não reguladas, no Hospital Regional de Araguaína;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 09 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 18/2017/5ªPJ

INVESTIGANTE: Araína Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº 32/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: precariedade da iluminação pública no Setor Costa Esmeralda, falta de telefone público, falta de transporte público e precariedade no sinal de telefonia móvel no Setor Costa Esmeralda, em Araguaína – TO;

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 09 de fevereiro de 2017.

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça ofiçiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0007/2017

FUNDAMENTOS: Art. 11, caput, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato nº 07010151420201731.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo investigado, tipificado no art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92, em razão de possível abuso de poder, desvio de finalidade e malferimento à impessoalidade, ao agir deliberadamente em prejuízo da servidora Maria do Socorro Silva Lima e outros, denotando-se assédio moral.

INVESTIGADO(S): A. T. C;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 06 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça ofiçiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0008/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, caput, Lei nº 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010151992201719.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelo investigado Bruno Flávio Santos, acerca da omissão dos recolhimentos patronais, referente ao ano de 2015, no valor estimado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) ao PREVIPALMAS, advindos de juros e multas incidentes em razão dos atrasos dos repasses relativos às contribuições previdenciária

INVESTIGADO(S): Bruno Flávio Santos Sevilha;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 07 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça ofiçiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0009/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, caput, Lei nº 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010151992201719.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventual ato de improbidade praticado pelos investigados, em razão de dano ao erário na contratação da empresa Êxito Consultoria de investimentos Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de consultoria técnica

em investimento no processo de Gestão financeira da carteira de investimentos do Instituto de Previdência do Município de Palmas, sem a real habilitação necessária para a prestação de tais serviços.

INVESTIGADO(S): Wally Aparecida Macedo Vidovix e Êxito Consultoria de Investimentos Ltda;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 07 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça ofiçiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0010/2017

FUNDAMENTOS: art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92 e art. 11, caput, da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010151987201714.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor Albeny Tavares Corado que, na condição de diretor do ETI Caroline Campelo, contratou servidores comissionados para atender os interesses políticos da vereadora Vanda Monteiro, utilizando-se assim de recursos públicos para fins particulares.

INVESTIGADO(S): Albeny Tavares Corado e Vanda Monteiro;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 07 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça ofiçiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0011/2017

FUNDAMENTOS: art. 10, inciso XII, da Lei 8.429/92

ORIGEM: Protocolo de Notícia de Fato número 07010151987201714.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelo servidor Albeny Tavares Corado, na utilização de recursos públicos para o pagamento de festa de confraternização com recursos da ETI Caroline Campelo.

INVESTIGADO(S): Albeny Tavares Corado

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 07 de fevereiro de 2017.

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0409, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Palmas-TO, aos 10 de fevereiro de 2017.

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2014.6.29.23.0472, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Palmas-TO, aos 10 de fevereiro de 2017.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 015/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2015

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 004/2015 (2015/3316).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar a ocorrência de nepotismo em decorrência da nomeação para cargo comissionado de parente que já possui cargo em comissão no Governo do Estado do Tocantins.

INVESTIGADO(S): Francisca Nayara de Aguiar Martins, Vilma de Aguiar Martins Batista, Joaquim Carlos Parente Júnior e Sandoval Cardoso.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 005/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 005/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2014/14466.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposto direcionamento de licitação no Pregão Eletrônico nº 55/2014 da Prefeitura Municipal de Palmas.

INVESTIGADO(S): A Apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 006/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 006/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2016/11011.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar alienação/doação ilegal de área pública pelo Município de Palmas, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Prefeitura de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 23 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 008/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 007/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 71/2014 (2015/3590).

FATO EM APURAÇÃO: Investigar se o servidor público Jair Coelho da Luz é administrador/gerente da empresa DUNAS CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA, em desacordo com o art. 134, X da Lei 1818/07.

INVESTIGADO(S): Jair Coelho da Luz.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 23 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 009/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 008/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2013/15835.

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventuais ilegalidades no tocante à contratação de servidores da Universidade do Tocantins – UNITINS, tais como contratos com prazos expirados, contratos celebrados em período eleitoral, contratação para cargos não previstos em lei e desvio de função de servidores contratados/nomeados para cargos/empregos em comissão ou função de confiança.

INVESTIGADO(S): UNITINS

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 021/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 010/2015

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 0010/2015-28ªPJC (2015/4406)

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ilegalidade no contrato firmado entre o NATURATINS, a FAPTO e a empresa TAESA para revisão do plano de manejo do Parque Estadual do Cantão, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): NATURATINS, FAPTO e TAESA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 31 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 012/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 011/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2016/19289.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Brasil Vida Táxi Aéreo Ltda, notadamente, possível superfaturamento de notas de serviço pagas pela Secretaria de Saúde do Tocantins, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Secretaria de Estado da Saúde.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 013/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 012/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/17136.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar indevida doação de imóvel público pelo Governo do Estado do Tocantins.

INVESTIGADO(S): Lúcio Campelo.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 014/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 013/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 215/183.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar indevida nomeação de bens públicos com nomes de pessoas vivas, em ofensa ao art. 37, §1º da Constituição Federal, atendendo contra o princípio da impessoalidade.

INVESTIGADO(S): A Apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 016/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 014/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2015/8175.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposto direcionamento de licitação Processo nº 060/14 da Secretaria de Planejamento e Modernização do Estado do Tocantins.

INVESTIGADO(S): A Apurar.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 017/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 015/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2014/7999.

FATO EM APURAÇÃO: Investigar se o investigado, quando exercia a função de Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos do Tocantins - SISEPE recebeu diárias entre 2008 a 2011 pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - ADAPEC-TO, bem como investigar se o mesmo estava recebendo diárias pelo referido sindicato e assinava o controle de frequência junto à ADAPEC.

INVESTIGADO(S): Wiston Gomes Dias.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 24 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 020/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 017/2015

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 0017/2015-28ªPJC (2015/10833)

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo investigado, o qual estava submetido ao regime integral e de exclusiva dedicação ao serviço, nos termos do Art. 18 §1º da Lei 1.818/2007, tenham exercido advocacia, bem como atuado, ainda que informalmente, como procurador dos interesses privadas da empresa Ricanato Empreendimentos Imobiliários junto ao Itertins, podendo configurar ainda, crime de advocacia administrativa.

INVESTIGADO(S): Valdenez Sobreira de Lima.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 31 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 024/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 020/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 049/2016-5ªPJM (2016/5553).

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar eventual incompatibilidade de acumulação de vínculos, bem como descumprimento de jornada de trabalho, podendo configurar prática de ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Mozart Dimas Oliveira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 31 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 007/2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 084/2014

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 3º, I da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 084/2014 (2014/15176)

FATO EM APURAÇÃO: Investigar suposta ineficiência na gestão do serviço de saúde pública praticada no Hospital Geral de Palmas, tais como: plantões extras, realização de cirurgias eletivas em horários de plantões extras, redução da jornada de trabalho de 40h para 20h semanais e descumprimento de jornada de trabalho.

INVESTIGADO(S): Secretaria de Estado da Saúde e Luiz Antônio da Silva Ferreira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 23 de janeiro de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 005/2017 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 005/2017.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Ordem Urbanística (900131) / Posturas Municipais (900020) / Segurança em Edificações (900019).

Objeto: Apurar a omissão do poder público municipal, no que diz respeito a ausência de infraestrutura de saneamento básico e drenagem pluvial nas ruas 23, 24, 25, 26 e 27 do Setor Milena, na cidade de Paraíso/TO.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO.

Representante(s): Isabel Gomes Nogueira e outros.

Representado(a)(s): Prefeitura do Município de Paraíso/TO.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: PA Nº 005/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 07/02/2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 004/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento nº 003/2011.

FATOS EM APURAÇÃO: apurar a regularidade da destinação final dos resíduos sólidos produzidos no Município de Pequiizeiro, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação e elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia, 04 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 005/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 000451.2006.10.002/8 oriundo do Ministério Público do Trabalho.

FATOS EM APURAÇÃO: supostas irregularidades na contratação de servidores pelo Município de Pequiizeiro/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Formoso do Araguaia para Colméia/TO, 12 de maio de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 006/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Processo nº 2419/2005

FATOS EM APURAÇÃO: Possível dano ao erário decorrente do pagamento pelo Decreto Municipal nº 014/2005, do Município de Colméia, de autoria do então prefeito, Jader Mariano Barbosa.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia, 28 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 007/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Resolução do TCE/TO.

FATOS EM APURAÇÃO: omissão do Município de Goianorte/RO em encaminhar ao TCE/TO informações sobre as contas consolidadas do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2008.

INVESTIGADOS: Antônio de Sousa Parente e Raimundo da Silva Parente.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas/TO, 19 de julho de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s)

investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 008/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Processo nº 2419/2005

FATOS EM APURAÇÃO: Irregularidades do sistema de tratamento de esgoto pela empresa responsável, Indústria de Subprodutos Animais LTDA – LOPESCO.

INVESTIGADO: Indústria de Subprodutos Animais LTDA - LOPESCO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia, 03 de maio de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORMOSO DO ARAGUAIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº 01/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia/TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; no art. 4º da Resolução nº 03/2008/CSMPTO.

ORIGEM: informações prestadas pela senhora Edilene Costa Coelho Maidana dando conta de inundações ocorridas na Avenida Perimetral, Lote 01, Quadra D6 "A", Setor São José município de Formoso do Araguaia/TO, com as obras realizadas na BR 242, inclusive com possível degradação ambiental de área ambientalmente protegida
FATO EM APURAÇÃO: supostos danos ambientais e sociais relacionados com inadequações das obras realizadas na BR 242/TO, na altura da travessia urbana do Município de Gurupi/TO, com a ausência de política pública municipal de drenagem pluvial urbana, bem assim com a emissão de resíduos líquidos e sólidos por estabelecimentos comerciais adjacentes (Lava Jatos e Posto de Combustíveis).

INVESTIGADOS: Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT; Lava Jato Estrela, proprietário Ivan Oliveira Maidana; Lava Jato Rio Formoso, proprietários Silvío Roberto de Aguiar e Tiago Quintiro de Sousa; Lava Jato Apollo, proprietário Julio Cezar Oliveira Maidana; Lava Jato Check-up, proprietário Willas Pereira Lima; Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins; Posto de Gasolina Rio Javaés Ltda., CNPJ 00.896.381/0001-39; e Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Formoso do Araguaia/TO, 10 de fevereiro de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 04/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência de eventual ato de improbidade administrativa, praticado em tese pelo Ex-Prefeito de Piraquê/TO, João Batista Nepomuceno Sobrinho.

INVESTIGADO(S): Ex-Prefeito de Piraquê/TO, João Batista Nepomuceno Sobrinho
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 16/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 05/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência de eventual ato de improbidade administrativa, praticado em tese pelos Ex-Prefeito de Piraquê/TO, João Batista Nepomuceno Sobrinho e Olavo Julio Macedo.

INVESTIGADO(S): Ex-Prefeito de Piraquê/TO, João Batista Nepomuceno Sobrinho e Olavo Julio Macedo.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 16/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 06/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência de eventual ato de improbidade administrativa, praticado em tese pelo ex-Prefeito de Darcinópolis/TO, Wellington César Ribeiro.

INVESTIGADO(S): Ex-Prefeito de Darcinópolis/TO, Wellington César Ribeiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 17/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 08/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência de eventual omissão, e/ou falta de prestação, fornecimento de medicamentos à coletividade no Município de Darcinópolis/TO.

INVESTIGADO(S): Prefeito de Darcinópolis.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 17/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 09/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85

e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência ato de improbidade administrativa por parte do Ex-prefeito do Município de Darcinópolis/TO, senhor Raimundo Nonato Belas dos Santos, bem como outras pessoas que participaram do possível esquema simulado ou fraudulento.

INVESTIGADO(S): Ex-prefeito do Município de Darcinópolis/TO, senhor Raimundo Nonato Belas dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 18/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 10/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência ato de improbidade administrativa consistente no ressarcimento de danos, por parte do Ex-prefeito do Município de Piraquê/TO, senhor Olavo Júlio Macedo.

INVESTIGADO(S): Ex-prefeito do Município de Piraquê/TO, senhor Olavo Júlio Macedo.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 18/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 11/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 127, caput, e art. 129, inciso III da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, inciso I, da Lei n.º 8.625/93.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível danos ambientais causados pela empresa Curtume Açay S.A, ao Município de Wanderlândia/TO.

INVESTIGADO(S): Empresa Curtume Açay S.A;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 18/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 12/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato

FATO(S) EM APURAÇÃO: a existência ato de improbidade administrativa consistente no ressarcimento de danos, por parte do Ex-prefeito do Município de Wanderlândia/TO, senhor José Maurício Viana de Medeiros.

INVESTIGADO(S): Ex-prefeito do Município de Wanderlândia/TO, senhor José Maurício Viana de Medeiros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 23/01/2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente

à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 13/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Lei 8.666/93, artigo 3º, artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato

FATO(S) EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa, pela prática de nepotismo praticado pelo Senhor João Batista Nepomuceno Sobrinho e o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Piraquê, Eduardo da Silva Sobrinho, consistente na admissão irregular de "parente" (art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92).

INVESTIGADO(S): Prefeito de Piraquê/TO, senhor Eduardo da Silva Sobrinho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 23/01/2017.



**QUEREMOS
OUVIR VOCÊ!**

OUVIDORIA MPE
Sugira • Denuncie • Questione

 (63) 3216-7598
(63) 3216-7575

 www.mpto.mp.br

 ouvidoria@mpto.mp.br